



Março 2006 - Nº5

SUDÃO

SUMÁRIO

•Editorial

Daniela Nascimento

(Página 1)

•Teoria da P@X

“Cartum, Porto-Sudão, Juba, Geneina ou os pontos cardeais de uma complicada geografia”

Margarida Calafate Ribeiro

(Páginas 2 a 6)

•Observatório das P@xes

Lugares de guerra e de paz

▪Darfur

▪Sri Lanka

Fazedores de P@xes

•PAM

(Página 7)

•Estudos sobre a P@x

Entrevista com Carlos Veloso: “O Programa Alimentar Mundial no Darfur”

Margarida Calafate Ribeiro

(Páginas 8 a 10)

No sótão do NEP

Memória de Actividades do NEP

(Página 11)

P@X

Coordenação do Núcleo de Estudos para a Paz:

José Manuel Pureza

Coordenação do Boletim P@X:

Mónica Rafael Simões

Número temático organizado por:

Margarida Calafate Ribeiro

Agradecimento especial a Kátia Cardoso e Jessica Galeria

Núcleo de Estudos para a Paz

Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Colégio S. Jerónimo, Apartado 3087

3001-401 Coimbra

Portugal

Tel: + 351 239 855593

Fax: + 351 239 855589

<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep> / nep@ces.uc.pt

Editorial

O quinto número do P@x é dedicado ao Sudão. Desde a independência em 1956, este país viveu uma guerra habitualmente descrita como um conflito entre o norte, protagonizado pelo governo de Cartum de tendência religiosa muçulmana, e o sul maioritariamente cristão e animista, mas cujos contornos vão muito para além disso. Por grande pressão internacional e acertos vários dos países da região, a paz surgiu finalmente com o Acordo Geral de Paz assinado a 9 de Janeiro de 2005. Momento alto de um processo de paz igualmente longo, este acordo é ambicioso. Para além de protocolos relativos à partilha de poder e recursos entre as duas partes do conflito prevê-se, pela primeira vez, a possibilidade de secessão do sul, mediante um referendo a realizar ao fim de seis anos de um governo de unidade nacional. Mas o Sudão vive uma paz incerta, dificultada pelos obstáculos à implementação efectiva dos termos do acordo, e desafiada pela violência genocida no Darfur e por uma crescente instabilidade de interpretação ainda muito difícil no leste. O conflito no Darfur que, desde 2003, envolve populações, grupos rebeldes e milícias armadas apoiadas pelo governo, veio abalar o cenário de paz. Apesar das pressões, a dificuldade de consenso internacional relativamente ao que fazer no Darfur, aliado à falta de vontade do governo sudanês em garantir a segurança das populações, têm-se traduzido na maior crise humanitária do momento, que já provocou mais de 100.000 mortos e acima de 2 milhões de refugiados e deslocados internos. Todos os conflitos no Sudão são reflexo de uma política - levada ao extremo pela ditadura de al-Bashir desde 1989- de marginalização económica e política destas populações, cuja enorme diversidade étnica, religiosa e cultural tem sido ignorada. O acordo com o sul trouxe novas perspectivas de um futuro mais próspero às populações fustigadas pela guerra, mas parece ter contribuído também para o despertar de aspirações semelhantes noutras regiões do país.

Neste número, o olhar de Margarida Calafate Ribeiro e a experiência de Carlos Veloso dão-nos a conhecer um pouco mais sobre a história complexa do Sudão, sobre as causas profundas dos seus conflitos, e sobre o que tem sido feito para os contrariar. Dão-nos, acima de tudo, mais argumentos para que, conscientes dos desafios, continuemos a acreditar que os conflitos não são inevitáveis e que a paz é possível.

Daniela Nascimento, FEUC

Cartum, Porto-Sudão, Juba, Geneina ou os pontos cardeais de uma complicada geografia

Quando olhamos para a vasta mancha territorial ocupada pelo Sudão no mapa de África, para os inúmeros países com que traça fronteiras, percebemos a sua matricial duplicidade. Situado nas fronteiras do mundo árabe e africano, o Sudão, colonizado pelo Egipto, sob protectorado britânico, e ascendendo à condição de Estado moderno através da independência, em 1955, é olhado muitas vezes como um país africano vagamente islamizado, preferindo, no entanto, ser oficialmente visto como um país árabe situado em África.

Com uma área total de 2,5 milhões de quilómetros quadrados, ou seja, cinco vezes a França e uma população estimada em 33,61 milhões (estimativa do FMI), falante de árabe no norte, inglês no sul e de mais de 115 línguas tribais por todas as regiões do país, o Sudão é de facto o maior país de África e do mundo árabe e um dos mais complexos de apresentar, não só pela sua variedade étnica, religiosa, linguística e cultural, mas também pelo complicado e delicado puzzle político que o desenha. Descrito em alguns artigos dos anos 60 como o provável celeiro de África e com uma produção agrícola significativa no centro-leste do país, o Sudão apresenta hoje uma crise humanitária devastadora na região do Darfur, que ultrapassa os conceitos de guerra para se designar antes como "genocídio", e que ultrapassa as designações de insegurança alimentar para se catalogar como fome a atingir várias camadas da população; do mesmo modo algo paradoxal, o Sudão celebra um acordo de paz com o Sul, após uma das mais longas guerras de África - desde a independência até 2004, com um significativo interregno não integral de dez anos, entre 1972 e 1983 - quase ao mesmo tempo que inicia uma das mais violentas guerras da região, no Darfur, oficialmente calendarizada a partir de 2003, mas que na realidade tem antecedentes bélicos, de discriminação e perseguição muito anteriores e que estende as suas raízes e

acções políticas, sociais e económicas aos vizinhos Chade e Líbia.

Descrever a longa guerra civil que o Sudão viveu, com um total de cerca de 2 milhões de mortos e de 4 milhões de deslocados, como um conflito entre o norte, muçulmano e árabe, e o sul, animista, cristão e africano, facilitaria a compreensão, porque teria preenchido as expectativas habituais de ver aqui um conflito civilizacional. O mesmo se repetiria no Darfur numa apressada leitura de ver ali um conflito entre árabes e africanos ou, seguindo outros parâmetros sociais e económicos, que também têm alguns contornos étnicos, entre pastores e lavradores, entre populações nómadas e populações sedentárias.

Há sem sombra de dúvida por todo o Sudão (não só no Sul, não só no Darfur) uma tensão entre as várias componentes deste mosaico étnico e religioso, ou seja, uma tensão entre árabes muçulmanos e árabes cristãos, africanos muçulmanos e africanos cristãos, entre árabes e africanos, entre populações nómadas e populações sedentárias, entre nortistas e sulistas e entre as várias tribos que povoam todo este território. O desequilíbrio desta relação tensa dá-se quando uma destas identidades - religiosa, étnica ou de modo de vida - é valorizada, ou mesmo hipervalorizada, em detrimento de outra. Mas esse desequilíbrio não surge do nada. Na sua base estão sempre factores externos, determinantes para a vida das pessoas: seca, com a falha de colheitas, escassez de recursos, com a falha do modo de vida tradicional e consequente desequilíbrio dos mercados, insegurança nas comunicações, guerra em sítios vizinhos, abandono pelo governo central de uma determinada região ou povo. Cartum, com as suas múltiplas igrejas de todos os credos existindo lado a lado, é bem o exemplo desta tensa convivência multiseular, mas Cartum é também o exemplo de um centro governamental não democrático e particularmente autoritário e

Teoria da P@X

belicista. Chefiado pelo general Omar Hassan al-Beshir - que ascendeu ao poder após o golpe de Estado de Junho de 1989 a que se seguiu uma oportuna coabitação com o líder islamista Hassan Al-Tourabi, afastado do poder em 1999, por um golpe palaciano, liderado pelo próprio presidente - o regime de Cartum é a expressão de uma nociva simbiose entre os resquícios da experiência do Islão político, ensaiado nos finais da década de 80 e princípio de 90, e o autoritarismo característico das ditaduras árabes ou africanas[1]. Por isso, nas suas várias componentes, as lutas no Sudão são também a expressão forte de uma contestação conflituosa entre um centro não democrático e não dialogante e uma série de grupos/ regiões periféricas de muitas partes do país, por vezes mais ligados a outros países com quem fazem fronteira, do que com o próprio centro que teoricamente os dirige, mas que os abandona à sua sorte. Abandono do Sul, com um total desinvestimento económico de mais de trinta anos, como ainda há pouco tempo dizia um alto responsável das Nações Unidas na região, queixando-se da enorme dificuldade de acesso às populações, por ausência quase total de vias de comunicação; desinvestimento cultural com a transferência da Universidade de Juba, capital histórica do Sul, para Cartum; desinvestimento humano ao provocar a morte e a deslocação de milhões de pessoas em busca de melhor sorte, nos caminhos dos vastos campos de refugiados do norte do Quénia ou da emigração, ora para Cartum, ora para os países vizinhos, ora para os países do Golfo; desinvestimento identitário ao permitir que o tecido cultural e económico da região tenha sido permeável a uma afirmação constante de quenianos - em alguns sectores de forma avassaladora e com laivos de colonialidade - que controlam grande parte da economia e outros possíveis vectores de desenvolvimento da região. Abandono histórico, económico e político do Darfur, desde os tempos coloniais e pelos sucessivos governos sudaneses, particularmente após a devastadora seca dos anos 84/ 85, que destruiu grande parte

do tecido agrícola e pastoral da região, e foi tornando inseguras as comunicações por onde as pessoas se dirigiam aos mercados locais e as estradas de ligação ao Chade, Egipto e Líbia, por onde esta frágil economia exportava camelos e força do trabalho, com os homens do norte do Darfur a irem para a Líbia para os campos de exploração petrolífera[2]. Abandono social e económico do Darfur mediante a previsível falha das colheitas, a falha dos mercados, a falha de acesso das suas populações aos recursos naturais. Abandono político do Darfur ao investir na guerra civil com o Sul e permitir entre outras coisas que o latente conflito no Chade e entre o Chade e a Líbia se fosse disputando também no Darfur; abandono de negociação política entre as várias facções em tensão e luta pelos poucos recursos ao longo da década de 90, ao nunca responder às tentativas de diálogo lançadas por aqueles que viriam a ser os líderes dos movimentos rebeldes, *Sudan Liberation Army* (SLA) e *Justice and Equality Movement* (JEM). Compostos essencialmente por elementos de tribos africanas sedentárias, como os Fur, os Zaghawa e os Masalit e declarando desde início não estarem em luta contra os árabes especificamente, mas contra anos de abandono e marginalização, estes movimentos, gerados inicialmente pela luta pela sobrevivência e com pouca sofisticação política, tiveram como resposta do governo a força militar das Forças Armadas estatais a par da estimulação e manipulação de tensões étnicas e de modo de vida (entre agricultores e pastores). O armamento de milícias árabes com a missão de levar a cabo uma limpeza das populações africanas que tinham apoiado os movimentos militares rebeldes, foi o golpe de misericórdia infligido pelo governo. Esta política eminentemente bélica levou ao desalojamento de cerca de dois milhões de civis, à morte de pelo menos 50000 pessoas, à destruição total de centenas de aldeias, aos mais variados abusos de toda a ordem e, conseqüentemente, à destruição do frágil tecido económico, criando uma das maiores crises humanitárias do continente africano, como é apresentada nas nossas televisões. O acordo de cessar-fogo, assinado em Abril de 2004, entre o governo e as forças do Darfur,

Teoria da P@X

falhou completamente, como iria falhar o de Novembro do mesmo ano, pois a violência está fora do controlo das forças que assinaram o acordo e com as populações desesperadas na luta pela sobrevivência a engrossar os campos de refugiados do Chade, ou os campos de deslocados internos sob protecção das Nações Unidas, coadjuvadas por várias organizações humanitárias no terreno. Assim, e no mesmo ano em que a comunidade internacional comemorava enlutada os dez anos do genocídio do Ruanda, jurando um "Nunca mais", rebentava a notícia de um genocídio de grandes proporções em Darfur, com o apoio do governo do Sudão. A questão que de facto se impõe é a seguinte: quem é que afinal apoia este centro, que internamente parece esvaziado de base social, gerindo uma longa guerra no Sul e estimulando a violência e a insegurança no Darfur? De acordo com alguns analistas, nomeadamente Ali Ali-Dinar no seu incisivo artigo "*Why Khartoum wants a war in Darfur?*", a guerra é um instrumento essencial de sustentação deste regime. A guerra mantém ocupada (nas várias acepções da palavra) a base de apoio deste governo, ou seja, os militares, dando-lhes trabalho, enriquecendo-os, satisfazendo o seu orgulho militar abalado pelo acordo de paz com o Sul, reforçando o partido que os sustenta, ao mesmo tempo que permite a declaração de estados de emergência, a promulgação de leis restritivas, adiando assim as eleições que seguramente abalariam o seu poder, porque obviamente que os movimentos armados do Darfur, já têm em si a solidariedade e a semente dos partidos políticos da oposição ao governo de Cartum. Por isso, a guerra no Darfur hoje, é também a guerra silenciosa do poder por Cartum. Mas é também necessário não ignorar o apoio externo a este governo, e é aí que o puzzle se complica ainda mais, ao ultrapassar o sistema de relação de forças da região deste subsistema africano, muito permeável às influências do Médio Oriente, para se abrir ao mundo da globalização, como nós a conhecemos. Elegendo como grande parceiro a China, que é de facto o

maior investidor no país, dominando a área do petróleo, mas também do comércio, e assegurando nas organizações internacionais que o regime não será incomodado, apesar das constantes denúncias de violação de direitos humanos ou de genocídio no Darfur por organizações internacionais e pelos próprios Estados Unidos, a China protege e apoia este governo e a partir daqui lança-se na região para jogar um papel fundamental, de alcance ainda indeterminado.

Para além de todas estas razões políticas e sociais, nacionais e internacionais, o denominador comum que os dois grandes conflitos que desenham o Sudão moderno apresentam, é a luta por recursos naturais tão essenciais como a água, ou tão internacionalmente atraentes como o petróleo. Mas o que também está aqui em causa é um conflito ideológico e cultural entre um governo com uma considerável marca religiosa islâmica e uma expressão bélica militarista e uma série de movimentos rebeldes de cariz autoritário e de expressão manifestamente fragmentária, incertamente capazes de avançar para modelos de democracia civil, para já não falar das elites cultas urbanas nostálgicas da influência europeia e egípcia ou sedentas do modelo dos países do Golfo, em detrimento dos novos parceiros chineses com quem não se identificam nem cultural, nem politicamente. Terra, água e petróleo, os três pólos económicos e de luta que, por um lado, aproximam o Sudão dos países do Golfo, e permitem uma entrada avassaladora da China, mas também da Malásia e da Índia no tecido económico sudanês, mas que, por outro lado, o separaram da sua antiga potência colonial e um dos grandes investidores económicos e culturais do país, o Egipto, pela necessidade de revisão do acordo sobre as águas do Nilo que data de 1959. Este acordo, de contornos claramente coloniais, estabelece que o Egipto tem direito a um mínimo de 55.5 bn cu metros de água por ano, contra 18,5bn cu metros para o Sudão.

Mas terra, água e petróleo, os três dos pólos da discórdia, poderiam ser também, mediante apoio e fundamentalmente apoio internacional empenhado no

Teoria da P@X

desenvolvimento efectivo da região, vectores de paz pela divisão justa. Essa é internamente a grande incógnita do acordo de paz com o Sul, que teve a sua assinatura final em Janeiro de 2005, com a integração de Sulistas no governo central, após um longo processo de negociação, sob a atenta observação dos Estados Unidos, Reino Unido e Itália e os auspícios do IGAD (*Inter-Governmental Authority on Development*) que reúne sete países da região (Dijbouti, Eritreia, Etiópia, Sudão, Somália, Uganda e Quênia) fundamentais para assegurar os compromissos da política da região comprometida com a guerra e, agora, com a paz. A morte recente de John Garang, líder histórico da SPLA, num acidente de helicóptero a norte do Uganda, fez tremer este frágil acordo, logo e de novo sustentado pela comunidade internacional. Mais acarinhado pela comunidade internacional, particularmente pelos Estados Unidos, do que pelos sudaneses e, especificamente, por algumas das suas elites culturais e pelas suas elites financeiras - muito ligadas à banca islâmica, que se foi estabelecendo no país numa relação comprometida entre o governo e as comunidades emigrantes sudanesas na península arábica - este acordo será o exemplo de abertura para um caminho de conversações de paz no Darfur, onde se esperava que a mediação de John Garang, antigo guerrilheiro, historicamente opositor ao governo de Cartum e líder internacionalmente reconhecido, jogasse um papel cimeiro. Caberá sem dúvida aos Sulistas do governo de coligação escolher o melhor caminho para levar a bom termo esta difícil negociação, cujos últimos encontros tiveram lugar no passado mês de Dezembro sob os auspícios da OUA, na Nigéria, e de onde saiu uma agenda de compromisso, visando essencialmente um acordo de cessar fogo humanitário e um acordo de cessar fogo propriamente dito, que abriria o caminho para o restabelecimento da segurança, com vista à reintegração social. A calendarização da implementação destes acordos será por certo morosa, mas esta agenda poderá ser um início, pois a paz no Darfur é essencial não só para os Darfurianos, mas para todas as regiões

limítrofes mais imediatas, como o Sul do Sudão, o Chade, a Líbia ou a República Centro Africana, mas também para o Egipto, a Etiópia, a Eritreia, o Uganda, a Somália e todos os países que compõem esta parte de África, oscilante entre as dinâmicas próprias da região, as convulsões do Médio Oriente e as movimentações das potências emergentes de uma globalização galopante protagonizada pela Índia e pela China, aqui em disputa nem sempre velada com os Estados Unidos.

Sem quase nunca ter conhecido a paz, nem a democracia, com um período de seis anos para implementar o processo de paz com o Sul, ensombrado por uma possível divisão do país após referendo de confirmação da união do Sudão a ter lugar no Sul em 2011, com uma crise humanitária no Darfur, que por muitos anos prolongará os seus efeitos devastadores, com um governo não democrático, militarista e de vocação islamista, agora modelado por uma partilha com um movimento ex-rebelde maioritariamente cristão e de cariz autoritarista, com a China como o grande investidor no país e o grande parceiro político nas organizações internacionais, com o sector financeiro dominado pela chamada "economia religiosa", movida pelos grandes bancos islâmicos e com uma premente necessidade internacional de estabilidade na região, o Sudão continuará a desafiar os analistas políticos. A sua população, com mais de 70% dedicada à agricultura e cerca de 30% dos jovens abaixo dos dez anos e com um acesso à educação e à saúde relativamente precário, precisará ainda, e por uns bons anos, da ajuda internacional que os orçamentos das múltiplas organizações humanitárias e de desenvolvimento sedeadas em Cartum reflectem, especialmente se o excepcional, mas socialmente assimétrico, crescimento económico do país (12% ao ano) não for aproveitado para corrigir as grandes assimetrias geográficas, sociais e políticas que compõem o Sudão. Continuar a concentrar 90% da riqueza do país em 10% da sua população não será por certo o caminho, nem esperar que as agências internacionais resolvam o problema crucial da falta de

Teoria da P@X

acesso das populações aos bens essenciais, não só pela precariedade económica destas populações, mas sobretudo pela falta de uma rede viária que permita o escoamento e comercialização de produtos. Um dos grandes problemas do Sudão hoje é acessibilidade, e insegurança nas deslocações. O exemplo de Darfur mostra bem a pertinência desta observação. Em Darfur a vida sempre foi dura e, por isso, as suas populações sempre estiveram em movimento em luta pela vida. A partir do momento em que a mobilidade se tornou impossível, por falta de segurança todo o frágil sistema de vida económica e social se desarticulou e as tensões étnicas, habilmente orquestradas pelo governo, eclodiram. Só a paz e o desenvolvimento sustentado e de longo curso, com um investimento sério, nas acessibilidades, nas aldeias, nas vilas, nas cidades e, sobretudo, nas pessoas e na reconciliação, poderá fazer com que as populações agora em campos de deslocados internos ou, nos países vizinhos, em campos de refugiados, regressem; poderá fazer com que estas populações tenham efectivamente um lugar para voltar. Só um investimento na paz e no desenvolvimento, poderá fazer com que daqui a dez anos não tenhamos outro Darfur, quando estivermos enlutados a comemorar os dez anos de uma das maiores crises humanitárias da contemporaneidade, jurando outro “Nunca mais”. “Não podemos construir o futuro, mas podemos lutar no presente para que o nosso futuro não nos seja construído pelos outros”, como nos ensina um africano de outras paragens, o angolano José Luandino Vieira.

Margarida Calafate Ribeiro*

CES

* A autora agradece a Carlos Veloso e a Arif Hussein, do PAM/Sudão, toda a colaboração prestada

[1] Sobre a experiência islamista no Sudão ver Marc Lavergne e Roland Marchal, “L’Echec de l’Experience Islamiste?”, *Politique Africaine*, 65, Mars, 1997, pp. 3-12 (número dedicado ao Sudão). Sobre a questão do Islão político ver Roy D’O, *L’Echec de l’Islam Politique*, Paris: Seuil, 1994.

[2] As remessas destes emigrantes e as receitas da exportação representavam uma fatia substancial desta economia, profundamente abalada com as dificuldades que a Líbia começou a impôr. Em 2003, com o encerramento da fronteira no Norte do Darfur, por questões de segurança e em 2004 pela exigência de um caro “certificado de saúde” a todos os trabalhadores emigrantes.

Para mais informação, consultar as obras:

Julie Flint & Alex de Waal (2005), *Darfur - A Short History of a Long War*. Londres/ Cidade do Cabo: Zed Books, David Philip, International African Institute, 2005.

Gérard Prunier (2005), *Darfur, the Ambiguous Genocide*. Londres: Hurst.

Timothy Carney, Victoria Butler and Michael Freeman (2005), *Sudan: the Land and the People*. Londres: Thames and Hudson.

Lugares de guerra e de paz

DARFUR

"Le Soudan", *Politique Africaine*, nº 66, Junho 1997

http://www.politique-africaine.com/numeros/066_SOM.HTM

Ali Ali-Dinar, "Why Khartoum wants a war in Darfur?", *SudanTribune*, 29/12/2005

http://www.sudantribune.com/article.php3?id_article=4330

Eric Reeves, "Khartoum Triumphant: Intl Community has failed to prevent, punish genocide", *SudanTribune*, 17/12/2005

http://www.sudantribune.com/article.php3?id_article=13092

Scott Anderson, "How did Darfur happen?", *SudanTribune*, 17/10/2004

http://www.sudantribune.com/article.php3?id_article=6003

Human Rights Watch, "Entrenching Impunity - Government Responsibility for International Crimes in Darfur", Volume 17, Nº 17 (A), December 2005

<http://hrw.org/reports/2005/darfur1205/darfur1205text.pdf>

SRI LANKA

María Villellas, "Sri Lanka: ¿una oportunidad definitiva para la paz?", Unitat d'Alerta, Escola Cultura de Pau, Fevereiro 2006

<http://www.pangea.org/unescopau/img/programas/alerta/articulos/06articulo026.pdf>

PEACE IN SRI LANKA

<http://www.peaceinsrilanka.org/>

Goodhand and Khelm (2005), "Aid, conflict and peacebuilding in Sri Lanka 2000-2005", Vol. Nº 1 of *Sri Lanka Strategic Conflict Assessment 2005 A Six-Part Series*, The Asia Foundation

<http://siteresources.worldbank.org/SRILANKAEXTN/Resources/SLAidConflictPeace.pdf>

NATIONAL PEACE COUNCIL OF SRI LANKA

<http://www.peace-srilanka.org/inside.htm>

Human Rights Watch, *Funding the "Final War" - LTTE Intimidation and Extortion in the Tamil Diaspora*, Volume 18, Nº 1(C), March 2006

<http://hrw.org/reports/2006/ltte0306/ltte0306webwcover.pdf>

Fazedores de P@xes

PROGRAMA ALIMENTAR MUNDIAL - PAM

World Food Programme, *How to work with WFP? A Handbook for Non-Governmental Organisations*, December 2005

http://www.wfp.org/aboutwfp/partners/documents/NGO_handbook_complete.pdf

World Food Programme, *WFP in Africa. Facts, Figures and Partners*, 2005

<http://www.wfp.org/policies/Introduction/other/Documents/pdf/WFP%20in%20Africa%20Briefing%20-%20final%20170106.pdf>

Michael Fleshman, "Fixing the humanitarian aid system", *Africa Renewal*, Vol.19 (4), January 2006

<http://www.un.org/ecosocdev/geninfo/afrec/vol19no4/194relief.html>

Teoria da P@X

ENTREVISTA com CARLOS VELOSO*, realizada por Margarida Calafate Ribeiro

O Programa Alimentar Mundial no Darfur

Darfur foi definido como operação de emergência? Quais são os critérios?

Talvez pela negativa eu possa caracterizar melhor a situação do Darfur. Quando por um acto de guerra, a liberdade de movimentos habitual é cortada isso começa a ter influência e a perturbar a vida das pessoas, que passam a não ter acesso aos bens, aos centros de saúde, etc. Em países ou regiões desérticos é-lhes cortado também o acesso a água. Ora numa situação de economia frágil e de desenvolvimento muito precário, baseada na troca bens e serviços, a liberdade de movimentos afecta de imediato a forma como as pessoas vivem, na medida em que os mecanismos de sobrevivência começam a ficar enfraquecidos, afectando primeiro as crianças, as mulheres e, em geral, a vida das populações. A este quadro tem que se adicionar o lado mais terrível do conflito com a violação de direitos humanos básicos, a prisão sem culpa formada ou desaparecimento de pessoas, a violação de mulheres e a matança indiscriminada com a destruição de aldeias e de bens. Um cenário destes implica a necessidade de uma atenção cuidada. E é aqui que surge um outro elemento importante, também relacionado com a mobilidade. Em situação de conflito as pessoas procuram segurança e começam a deslocar-se para o sítio A ou B, ora dentro das fronteiras do país, ora fora das fronteiras do país. Mas essas pessoas passam a ser pessoas desenraizadas, porque tiveram de abandonar a sua forma de vida o seu espaço económico, familiar, cultural. É uma situação com estas características que leva a uma acção da comunidade internacional, via as agências humanitárias, que começam normalmente por aí, ou seja, pelas pessoas que são refugiadas ou que são deslocados internos. Este é o ponto de partida para que se possa começar a fazer uma ideia da dimensão do estrago que o conflito está a provocar e podermos calcular o estrago potencial que ele poderá estar a provocar noutras pessoas que não conseguiram chegar aos comumente conhecidos campos de refugiados ou deslocados internos. Este é o ponto de partida para que se possa começar a fazer uma ideia da dimensão do estrago que o conflito está a provocar e podermos calcular o estrago potencial que ele poderá estar a provocar noutras pessoas que não conseguiram chegar aos comumente conhecidos campos de refugiados ou deslocados

internos. Normalmente as nossas operações começam por essas grandes concentrações, na tentativa de a partir daí expandir e conseguir chegar às outras pessoas que se mantêm ainda nas suas áreas de origem. Ao contrário do que normalmente se pensa, o campo é uma coisa que as próprias pessoas criam, normalmente num sítio por elas considerado seguro. O objectivo de uma acção humanitária deixar ficar as pessoas no sítio onde elas estão e apoiar-las. O ideal é as pessoas poderem ficar o mais próximo possível das suas áreas de origem, porque aí elas estão próximas no seu ambiente, têm a possibilidade de produzir. Quando se começam a ter grandes concentrações de pessoas há alguma coisa de essencial que está a ser destruída e a reconstrução depois demora muito mais tempo.. Mas sejamos claros: a segurança das pessoas está sempre em primeiro lugar. Não se pode forçar as pessoas a ficar nos seus locais de origem, nem se pode forçar as pessoas que estão nos campos de deslocados internos a ir para as suas zonas de origem se elas não se sentem seguras. Isso é um movimento absolutamente voluntário e é aí que, por vezes, as situações se complicam, porque as situações são dinâmicas e uma zona hoje calma pode dentro de quatro meses já não o ser, pois apesar de todas as chamadas de atenção às partes em conflito, infelizmente os objectivos e a estratégia militar muitas vezes sobrepõe-se a tudo o resto. É aí que passamos a actuar como bombeiros. Um dos grandes objectivos da emergência humanitária é a de não actuarmos como bombeiros. Contudo, há sempre uma grande percentagem de actuação que é feita nessa base. Mas devemos tentar evitar isso. É preciso ir antes ou chamar a atenção, ou utilizar todos os meios de pressão que possam existir para evitar certas rupturas. O nosso objectivo é garantir alguma tranquilidade, uma certa segurança às pessoas apanhadas no meio do conflito. Por vezes, em alguns conflitos, a presença de agências humanitárias, sem armas sem nada, funciona como um elemento de dissuasão de acções armadas das partes em conflito, o que já garante alguma tranquilidade.

Como disseste é preciso não actuar como bombeiro, é preciso ir antes. Antes de situações de fome há a perda de bens, o corte de comunicações, a impossibilidade de deslocação?

O Darfur é uma região que desde os tempos

Teoria da P@X

coloniais tem tido muito pouca atenção, apesar da sua posição estratégica no centro de África. Uma intervenção de emergência é por natureza uma coisa limitada no tempo e na sua intervenção. Não se pode querer que no Darfur uma intervenção de emergência, que é fundamentalmente salvar vidas e numa menor dimensão de sustentar vidas, vá resolver os problemas seculares de subdesenvolvimento.

No Darfur a vida é dura e há uma série de mecanismos de sobrevivência que são típicos da região, baseados no comércio e na transacção de serviços. Antes da guerra, o Darfur tinha uma parte da sua população emigrada, quer no Sudão, ou seja em Cartum e nas áreas de produção agrícola industrial ao sul de Cartum, quer no estrangeiro, principalmente na Líbia e na Arábia Saudita. Os rendimentos que estes trabalhadores emigrantes enviavam representavam um factor de riqueza importante para a região. A dinâmica da guerra e da política internacional, com o corte do acesso à Líbia e ao Egipto, de onde as pessoas iam para a Arábia Saudita, modificou este trânsito. Aliás com a guerra deixou também de ser seguro viajar para Cartum ou para sul de Cartum. Tudo isto fez com que houvesse uma diminuição de remessas. O outro elemento económico importante era o tráfico de camelos. O Darfur era o principal abastecedor de camelos quer da Líbia, quer do Egipto. Este trânsito esteve cortado nos primeiros dezoito meses do conflito e, portanto, também contribuiu para a diminuição de mais uma fonte de receitas. Para além destes vectores económicos, a região produz um conjunto de coisas nem todas relacionadas com a agricultura; por exemplo as mulheres produziam e comercializavam esteiras. Mas com a insegurança nas comunicações os mercadores não vão comprar, embora as mulheres continuem a produzir só que não têm quem compre. Isto, como bem se entende, tem profundas implicações na situação económica da região e no dia a dia das pessoas.

Há uma causa evidente para o conflito em Darfur ou há uma confluência de causas?

Há uma confluência de causas para o conflito no Darfur, mas neste momento penso que se pode identificar uma causa principal, embora os teóricos do Darfur não concordem. Eu a certa altura também não concordava, mas hoje estou mais inclinado para esta hipótese, baseado em muito do que tenho ouvido e lido.

Mas antes tenho de fazer um pequeno parêntese. O conflito a que se assiste hoje no Darfur, não é a primeira vez que existe. A seca que no ano passado afectou o Darfur, também não é a primeira vez que ocorre. E é normalmente em períodos de grande seca que os conflitos surgem, se bem que isto tudo venha dentro de um envelope de marginalização e de subdesenvolvimento. Mas falando com as pessoas no terreno, que não são muito sofisticadas na sua análise, vemos que há um claro problema de degradação ambiental. A água é um problema fundamental e ali existem dois tipos socio-económicos que vivem lado a lado e ambos precisam da água. Uns que são agricultores, mas que também têm gado e outros, são os pastoralistas nómadas, que não significa que sejam árabes. Na ausência da água as pessoas vão à procura dela. Quando falta água para as pastagens, o sítio que oferece melhor pastagem é onde estão as culturas. Assim as rotas milenares de transumância não são respeitadas e portanto entra-se em conflito.

Conflito pois por recursos naturais. Esse é um dos factores de conflito. Também tem que ser tomado em consideração, no conflito corrente, a tentativa de dominação de um grupo étnico por outro. Mas houve outras alturas em que houve seca e o conflito não eclodiu, porque não houve uma interferência externa, não havia outras agendas e portanto, os mecanismos de resolução do conflito entre as diferentes partes, tribos e formas de vida, funcionaram. Refiro-me, por exemplo, à seca dos anos 80. O mecanismo de resolução do conflito a nível local existe, agora se se injecta um elemento externo e a injeção desse elemento externo é feita por alguém que conhece bastante bem a tradição e que apoia um lado e não o outro, está-se a desequilibrar as forças no terreno e o conflito eclode. É interessante ver hoje em dia certas zonas do Darfur em que os mecanismos de resolução de conflito continuam a funcionar, ou seja, continua a haver a oferta dos agricultores aos nómadas e a oferta dos nómadas aos agricultores, com boa vizinhança, sem hostilidades. Há outras zonas em que isto não sucede e hoje é preciso ser de facto um estudioso muito atento, porque alguns aliados há um ano atrás neste momento enfrentam-se e as relações de força alteram-se rapidamente. Presentemente, há também uma outra característica sempre presente, dividir para reinar.

Teoria da P@X

Quando referes os “elementos externos” referes-te ao armamento das milícias por parte do governo?

O armamento das milícias é uma coisa, todo o jogo que é feito por países à volta em termos de porem uma tribo contra outra, é outra. Refiro-me ao Chade e à Líbia especificamente. Mesmo dentro dos SLA não há unidade. Fundamentalmente há os Fur, os Zagawas e, também importantes mas não tão preponderantes em termos de expressão populacional, os Masalit. Mas é também preciso ver e analisar a história do Sudão, passada e recente, que é uma história de conflitos não resolvidos. Os conflitos no Sudão, desde os tempos dos Otomanos, seguem sempre o princípio de resolução pseudo negociada de dividir para reinar, portanto pode haver no princípio dois ou três grupos identificados e identificáveis, mas ao fim de algum tempo esses grupos lutam entre si, começam a ter agendas diferentes e entram em conflito. Basta olharmos para o sul, para a quantidade de milícias que existe e que ao longo do tempo saltaram de um lado para o outro. Este princípio de dividir para reinar aqui é uma forma de viver.

Achas que a dimensão do país torna as coisas mais difíceis?

Sim, é importante. O Darfur é do tamanho da França, ou, quando falamos com os americanos, do tamanho do Texas, e situa-se mais ou menos no centro de África. Existem alguns sítios do Darfur que estão a igual distância do Mar Vermelho, do Oceano Atlântico e do Mediterrâneo. Uma coisa é a situação geográfica, outra é a dimensão do país; outra coisa é a quantidade e a dimensão dos conflitos que se desenvolvem no país simultaneamente. Outra coisa é o petróleo, e outra coisa ainda é a política regional, o espaço em que o Sudão está integrado: são as tensões constantes entre a Etiópia e a Eritreia, que tem influência dentro do Sudão, é todo o conflito no Congo, o conflito interno do Uganda, no norte do Uganda com o Lord Resistance Army que tem muita influência no sul, é a situação do Chade, e particularmente a forma como o presidente do Chade chegou ao poder e se quer manter; são os Zagawas que estão parte no Chade, parte no Darfur; e também não podemos esquecer a Líbia, que continua a querer jogar aqui um papel de mediador com outros objectivos ou com objectivos que não conhecemos claramente. De maneira que é tudo isto que precisamos de colocar no puzzle.

Há académicos que estudam estas questões e esse conhecimento é muito importante para nós. Quando delineámos as nossas operações, e quando as implementámos temos de ter tudo isto em conta para saber como é que podemos agir e como podemos evoluir. Não perseguimos um estudo detalhado, para isso existem outras pessoas, que nos assistem, mas nós temos de ter o conhecimento, porque senão a nossa acção não funciona. Temos de conhecer o terreno, conhecer a história da zona, as personalidades, tentar perceber o que é que orientou essas personalidades no passado, os ideais que defenderam e que defendem, porque todo esse conhecimento permite uma aproximação essencial para criar o espaço humanitário, sem ferir susceptibilidades, e tentar criar, pelo menos, zonas de tranquilidades ou períodos de tranquilidade para que a assistência humanitária possa ser distribuída para que as pessoas não sofram mais.

Quando falas em espaço humanitário falas em estabelecer negociações ao nível do governo e ao nível local e depois a criação de campos? Referes-te a trabalho diplomático?

Existem fundamentalmente duas linhas de trabalho: uma linha que versa aquele trabalho que não aparece nos jornais, em que não existem denúncias públicas. Nessa linha tenta-se fazer ver às pessoas em conflito a situação, utilizando para isso, ora a influência de países amigos, ora directamente falando com as pessoas, ora ainda através de países financiadores. Esta é uma forma de actuar que normalmente funciona. A outra linha é a da denúncia pública. A denúncia pública, na minha opinião, é, normalmente, contraproducente e deve ser utilizada como última forma.

(...)

Para ler a versão completa desta entrevista, [clique aqui](#).

** Carlos Veloso trabalha nas Nações Unidas em operações de emergência há mais de dezasseis anos, tendo estado em Angola, na Somália, na Coreia de Norte, em Moçambique, e agora no Sudão. Neste momento Carlos Veloso é o director da operação de emergência do Programa Alimentar Mundial no Darfur.*

Memória de Actividades do NEP

Publicações

Cardoso, Katia, "A relación entre a emigración e a política externa cabo-verdiana", *Tempo Exterior*, nº 11, xullo - decembro / 2005, IGADI, Galiza, 43 - 68.

Cravo, Teresa, "[Entre a Centralidade e a Marginalização: a Reforma da ONU para o Séc. XXI](#)", *Working Paper nº15*, Instituto Português de Relações Internacionais, Outubro 2005.

Cravo, Teresa, "África à margem do «fim da história?», Recensão do livro *África, Continente Acorrentado - o Passado, o Presente e o Futuro da África* (de Robert Guest, 2004, Porto: Livraria Civilização Editora), *Relações Internacionais*, nº8, Dezembro 2005, pp.181-184.

Lopes, Paula Duarte, "[Water Management in Shared Legal and Institutional Cases: Who is Managing What Water?](#)", *Oficina do CES*, nº 244, Janeiro 2006.

Pureza, José Manuel, "Le Portugal et le nouveau internationalisme", *Pôle Sud*, Revue de Science Politique de l'Europe Méridionale, nº 22, Maio 2005.

Pureza, José Manuel, "Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz" (co-autoria com Teresa Cravo), *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 71, Junho de 2005

Pureza, José Manuel, "Defensive and oppositional counter-hegemonic uses of international law: from the International Criminal Court to the common heritage of humankind", in Santos, B. e Rodriguez-Garavito, C. (orgs), *Law and globalization from below. Towards a cosmopolitan legality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005

Pureza, José Manuel, "Encrucijadas teóricas del Derecho Internacional en la transición paradigmática", *Soberanía del Estado y Derecho Internacional. Homenaje al Profesor Juan Antonio Carrillo Salcedo*. Universidades de Córdoba, Sevilla y Málaga, vol. II, 2005.

Pureza, José Manuel, "Governação do mar: enclosure ou património comum?", *Rua Larga - Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, nº 11, Janeiro 2006.

Roque, Sílvia, "Peacebuilding processes and weakening strategies in Angola, Guinea Bissau and Mozambique: A comparative study", *Failing States or Failed States? The role of development models: Collected Works*, Working Paper 19, FRIDE, February 2006.

Actividades NEP

4 e 5 de Novembro de 2005

Reunião internacional de peritos do projecto "[Mulheres em contextos de violência armada: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro](#)", realizada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC).

8 de Novembro de 2005

José Manuel Pureza (NEP/FEUC) apresentou a comunicação "[A reforma das Nações Unidas e a governação global](#)" no Grande Seminário de Comemoração do 60º Aniversário da ONU, organizado pela FEUC, Coimbra.

11 de Novembro de 2005

José Manuel Pureza (NEP/FEUC) apresentou a palestra "[A reforma da Organização das Nações Unidas: uma oportunidade perdida?](#)" na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil).

17 de Novembro de 2005

José Manuel Pureza (NEP/FEUC) apresentou a palestra "[A reforma da Organização das Nações Unidas e as políticas de governança global](#)" na Universidade Federal Fluminense, Niterói (Brasil).

Novembro de 2005 a Março de 2006

Conclusão da segunda fase do trabalho de campo do projecto "[Women and girls in contexts of armed violence. A case study on Rio de Janeiro](#)", Rio de Janeiro (Brasil).

6 a 10 de Dezembro de 2005

Katia Cardoso (NEP) apresentou a comunicação "[Cabo Verde e as suas "ilhas exteriores"](#)" na XI Assembleia-geral do CODESRIA (Repensar o Desenvolvimento Africano: para além do impasse, as alternativas), em Maputo (Moçambique).

12 de Dezembro de 2005

Sílvia Roque (NEP) apresentou a comunicação "[Peacebuilding processes and weakening strategies in the states of Angola, Guinea-Bissau and Mozambique: a comparative study](#)", na conferência *Failing States or Failed States? The role of development models*, organizada pela FRIDE, Madrid (Espanha).

5 de Janeiro de 2006

Teresa Cravo (NEP/FEUC) apresentou a conferência "[A assistência humanitária em Angola](#)", no âmbito da Licenciatura em Relações Internacionais, FEUC.

11 a 17 de Fevereiro de 2006

Paula Duarte Lopes (NEP/FEUC) realizou uma sessão de formação sobre "[Gestão e Protecção da Biodiversidade: regras e desafios](#)" na ONG guineense Tiniguena, a convite do CIDAC, em Bissau (Guiné-Bissau).